



Decisão 01368/2023-9 - 2ª Câmara

Processo: 15628/2019-8

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPC - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Cariacica

Relator: Marco Antônio da Silva

Interessado: ANA LIDIA DA SILVA PINTO

Responsável: SIDINA DELPUPO DA CUNHA DANIEL, JULIANA DE LIMA SILVA
RODRIGUES

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRAR – DETERMINAÇÃO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade, com expedição de determinação.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE**, com proventos integrais, concedida à servidora em epígrafe, a partir de **5/6/2019**, por meio da **Portaria 62/2019**, com supedâneo no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do

artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico, bem como sua validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de protocolo.

A área técnica, através do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 00692/2023-9, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos do Parecer 01720/2023-9, em divergência com o posicionamento da área técnica, pugnou pela **denegação** do registro.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

A interessada aposenta-se no cargo Professora MaPA, Nível III, Bloco Único, do Quadro de Pessoal do Município de Cariacica, sendo os proventos fixados no valor de R\$ 2.637,59 (dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos), estando a aposentadoria por invalidez fulcrada em Laudo Médico acostado às págs. 90/91 do Evento 2 destes autos.

Da análise do feito, verifico que o douto Representante do *Parquet* de Contas divergiu da área técnica, pugnando pela denegação do registro do ato, assim se manifestando, *verbis*:

[...]

Após, veio o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação, nos termos do art. 321, § 3º, do RITCEES.

I – ANÁLISE

1 - Da fundamentação legal do ato

Portaria/IPC/DTP/Nº 062, de 16/07/2019	Fl. 117, evento 2
Fundamento legal da fixação dos proventos	Art. 40, § 1º, inciso I, da CF/1988
Fundamento legal do critério de revisão dos proventos	Não especificado

2 - Da qualidade de beneficiário do regime próprio de previdência social

Admitido em 15/05/2006	Concurso público	Ato admissional registrado pela Decisão TC-03302/2016-1 – Primeira Câmara (Processo TC-00037/2013-1 – informações extraídas da ITP 00196/2022-5, disposta no evento 4)	Fls. 15, evento 2
------------------------	------------------	--	-------------------

3 - Dos requisitos para a obtenção da aposentadoria

Laudo médico pericial	Fl. 90/91, evento 2
-----------------------	---------------------

4 - Da fixação dos proventos

R\$ 2.637,59	Fls. 108 e 111/112, evento 2; 2/3, evento 12
--------------	--

4.1 - Fundamentação legal das rubricas que compõem a remuneração

Não informa a legislação que fixa e atualiza o vencimento

4.2 - Comprovação dos pressupostos fáticos e jurídicos das rubricas que compõem a remuneração

Não se aplica

II - CONCLUSÃO

Considerando que o princípio da motivação impõe à Administração Pública a obrigatoriedade de fundamentar o ato praticado, bem como o dever de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a sua decisão, nos termos do art. 32, caput, da Constituição Estadual e art. 2º, parágrafo único, inciso VII, da Lei n. 9.784/1999, há óbice ao registro do ato, pois:

a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a fixação e revisão dos proventos, não restando demonstrado o cumprimento do princípio *tempus regit actum*;

b) omite-se no ato o dispositivo legal local que enumera o rol de doenças que autorizam a concessão da aposentadoria por invalidez com proventos integrais (Tese 524 de Repercussão Geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 656860);

c) a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado de parcela que compõe o respectivo cálculo;

d) o ato concessório não contém a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), conforme determina o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC n. 31/2014.

Posto isso, oficia o Ministério Público de Contas, com fulcro no art. 117, inciso II, da LC n. 621/2012, pela denegação do registro do ato. – g.n.

Do compulsar o Parecer do Órgão Ministerial, vislumbro que a sua fundamentação para propor a denegação de registro, do ato em voga, está consubstanciada em quatro requisitos tidos como irregulares, ante os quais apresento as seguintes ponderações, vejamos:

Quanto ao **item 1** – “omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a fixação e revisão dos proventos, não restando demonstrado o cumprimento do princípio tempus regit actum;”.

Vislumbra-se que a aposentadoria em voga está fundamentada no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, porém, sem menção ao critério legal de revisão dos proventos, indicação esta relevante em face das novas regras previdenciárias trazidas pela Emenda Constitucional 103/2019.

Contudo, tal inconsistência não obsta ao registro do ato, sendo suficiente a expedição de determinação no sentido de que o Órgão de Origem retifique o ato fazendo constar o critério legal de revisão dos proventos.

Aliado a isto, tem-se nos termos do art. 10, § 7º, da Emenda Constitucional 103/2019 a clara disposição no sentido de que às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aplicar-se-á as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor da sobredita Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.

No tocante ao **item 2** – “omite-se no ato o dispositivo legal local que enumera o rol de doenças que autorizam a concessão da aposentadoria por invalidez com proventos integrais (Tese 524 de Repercussão Geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 656860);”.

De fato, deixou o Órgão de Origem de inserir no ato concessório o § 2º, do art. 17 da Lei Complementar 028/2009, contudo, não vislumbro motivo suficiente para negar o registro do ato, pois compulsando o Laudo Definitivo da Junta Médica Oficial, pg. 90 do Evento 2 destes autos, vê-se que a doença infligida à servidora aposentanda, qual seja, Cardiopatia Grave e Neuropatia, está elencada no dispositivo retro citado como ensejadora da percepção dos proventos integrais.

À vista disto, tem-se que o ordenamento aplicável à concessão do benefício fora observado, denotando-se como medida suficiente a expedição de determinação no sentido de que o Órgão de Origem retifique o ato fazendo constar o critério legal da fixação dos proventos.

Quanto ao **item 3** – “a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado de parcela que compõe o respectivo cálculo.”

Conforme o subitem 4.1 de sua análise, aduz o Eminente Procurador de Contas não restar devidamente informada a lei que fixa e atualiza o valor do vencimento do cargo.

No entanto, entendo tratar-se de exigência meramente formal que em nada afeta o direito da servidora aposentanda e a apreciação do ato, visto que os proventos têm que ser fixados com base na última remuneração em atividade do servidor, o que realmente ocorreu, conforme assentado pelo corpo técnico desta Egrégia Corte de Contas.

Por fim, em relação ao **item 4** – “o ato concessório não contém a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), conforme determina o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC n. 31/2014.”

Entendo que a ausência de eventual descrição completa do cargo não obsta ao registro do ato, visto que das fichas financeiras, histórico funcional e contracheques contidos nos autos é possível a extração das informações necessárias ao exame da aposentadoria em voga.

Assim sendo, em observância ao art. 52, da Lei Complementar 621/2012, entendo assistir razão à área técnica que opinou pelo registro do ato, cuja análise se mostra adequada, motivo pelo qual acolho tal entendimento, adotando-o como razão de decidir e dirijo do Ministério Público Especial de Contas que pugnou pela denegação de registro, conforme razões trazidas.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade da aposentadoria em apreço.

2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e divergindo do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove o seguinte teor de **Decisão** que submeto à sua consideração.

MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

1. DECISÃO TC-01368/2023-9:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. REGISTRAR a **Portaria 62/2019**, que concedeu aposentadoria à Sra. **Ana Lídia da Silva Pinto**, a partir de **5/6/2019**, com proventos fixados no valor de **R\$ 2.637,59** (dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos);

1.2. DETERMINAR ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cariacica – IPC que retifique o ato em apreço fazendo dele constar o critério legal da fixação e de revisão dos proventos da aposentadoria concedida, evitando assim equívocos futuros em decorrência das novas regras trazidas pela Emenda Constitucional 103/2019, dispensando-se o retorno dos autos a esta Corte de Contas;

1.3. DAR CIÊNCIA aos interessados;

1.4. ARQUIVAR o processo em tela.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 05/05/2023 - 15ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Presidente